



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2015

(Da Sra. Eliziane Gama)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize auditoria em todos os atos, contratos e congêneres, relativos à construção da sede da Petrobras em Vitória/ES.

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requeiro que V.Exª se digne, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, a adotar as medidas necessárias para efetuar auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em todos os atos, contratos, convênios ou instrumentos congêneres, relativos à construção da sede da Petrobras em Vitória/ES.

JUSTIFICAÇÃO

A nova sede da Petrobras em Vitória, no estado do Espírito Santo, começou a ser planejada em 2005 com um orçamento de R\$ 90 milhões. Após escolhido o projeto arquitetônico o edital de licitação foi lançado e vencido pelo consórcio composto pelas empresas Odebretch, Camargo Correa e Hochtief. A obra foi iniciada em 2006 já com um salto estratosférico do valor para R\$ 486 milhões no orçamento da obra. A conclusão se deu em 2011, dois anos após a previsão e chegou ao custo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

total de R\$ 580 milhões, ou seja, 6,4 vezes mais do que o valor inicial previsto pela estatal.

O Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo – MPF-ES abriu procedimento investigatório para apurar indícios de irregularidades na construção da sede em Vitória. Diz o MPF no despacho que determina a abertura do procedimento: **“após a deflagração da Operação Lava-Jato, os fatos relacionados à referida construção ganham novos contornos. As empresas que formaram o consórcio são, ao menos em parte, empresas que estão sendo investigadas. Também alguns dos ex-dirigentes presos ou investigados foram responsáveis por atos relacionados à obra. Estas circunstâncias, somadas ao valor divulgado da obra, fazem necessária investigação para saber se houve eventual irregularidade nos gastos e/ou enriquecimento ilícito”**.

Segundo matéria de O GLOBO, “na época da construção, a Petrobras informou que **‘o aumento no custo foi devido a reajustes contratuais considerados normais em obras desse tipo’**, e que o investimento seria necessário para atender a diversas inovações. A empresa também havia explicado que o atraso se deu por diversos fatores, como condições climáticas e características do terreno, além da obtenção de licenças ambientais e greve”.

Há denúncias também que a licitação foi dirigida para beneficiar a Glaverbel, empresa belga do ramo de vidro, que forneceu os vidros da fachada do prédio ao custo de R\$ 12 milhões. De acordo com a Petrobras os vidros foram comprados no exterior porque não havia similar no Brasil. Já as indústrias brasileiras denunciam que a Petrobras direcionou o edital para que o produto fosse um vidro tipo “Low-E” com especificações que somente a Glaverbel produz. Além dessa existem outras denúncias de direcionamento por parte da Petrobras que têm de ser investigadas. O edital, por exemplo, exigiu persianas internas e externas que são encontradas somente na Itália e França.

Segundo O GLOBO, **“o Tribunal de Contas da União - TCU investigou uma denúncia, que não tratava do aumento de 6,4 vezes no valor da obra, mas de possíveis irregularidades relacionadas a questões ambientais, dimensões da nova sede da Petrobras e negociações ocorridas entre a empresa e a proprietária do imóvel, a Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia, administrada pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. Entretanto, o TCU arquivou a denúncia, em 6 de outubro de 2010, por unanimidade dos votos dos ministros, porque a considerou improcedente diante das explicações da Petrobras”**. As explicações da Petrobras naquela ocasião foram dadas ao TCU, entre outras pessoas, por Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Nestor Cerveró, envolvidos até o pescoço nos escândalos da empresa.

Contudo, o próprio TCU admite que **“o processo pode ser reaberto, desde que surjam novos documentos e haja um pedido feito pelo Ministério Público da União, órgãos de controle interno, senadores, deputados, membros do**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Judiciário ou unidades técnicas do tribunal uma vez que não tinha conhecimento de que a obra custou 6,4 vezes mais que o previsto e, por isso, não analisou a questão.

Pelo acima exposto e pela urgência da atuação do TCU como órgão de controle externo, solicito a aprovação da presente PFC.

Sala das Sessões, de abril de 2015.

Deputada ELIZIANE GAMA

PPS/MA